



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Câmara Municipal de Ilha Comprida
De acordo com a Lei nº 1571 de 21 de Janeiro de 2019

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2024

ANO: IV

EDIÇÃO Nº 1293

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

RESOLUÇÃO Nº 269/2024

**ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA
PEQUENAS COMPRAS, PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS E DESPESAS DE PRONTO
PAGAMENTO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Fábio Rogério Tonon, Presidente da Câmara Municipal de Ilha Comprida, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no disposto no inciso IV do artigo 26 da lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal em sua 4ª Sessão Extraordinária, realizada em 26 de janeiro de 2024, aprovou por seis votos favoráveis, o Projeto de Resolução nº 02/2024, e eu sanciono e promulgo a Resolução:

- Art. 1º** - Esta Lei estabelece os procedimentos para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento pela Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Câmara Municipal de Ilha Comprida/SP, exceto nas hipóteses de dispensa de licitação dos incisos I e II do art. 75, nas compras com prazo de entrega integral de até trinta dias contados da ordem de fornecimento (art. 6º, inciso X) e nos contratos de pequenas compras ou serviços de pronto pagamento no valor de até R\$ 10.000,00.
- Art. 2º** - As pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento referem-se ao disposto no § 2º do artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo valor máximo será atualizado conforme a atualização da Lei Federal.
- Art. 3º** - Consideram-se despesas em regime de adiantamento, as:
- I** - Despesas miúdas de pronto pagamento;
 - II** - Despesas extraordinárias ou urgentes;
 - III** - Despesas de viagens que não compõem as despesas cobertas por diárias, e com serviços especiais que exijam pronto pagamento;
 - IV** - Despesas eventuais de gabinete;



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

A Câmara Municipal de Ilha Comprida dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <https://www.ilhacomprida.sp.leg.br>; no link Diário Oficial.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Câmara Municipal de Ilha Comprida
De acordo com a Lei nº 1571 de 21 de Janeiro de 2019

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2024

ANO: IV

EDIÇÃO Nº 1293

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

- §1º - Consideram-se despesas **“miúdas de pronto pagamento”** aquelas que se fizerem necessárias para aplicação imediata e de caráter urgente, desde que indispensáveis ao funcionamento normal dos serviços, tais como:
- a) Pequenos consertos;
 - b) Pequenas aquisições avulsas de interesse público como: revistas e outras publicações, peças e acessórios para veículos e equipamentos, artigos farmacêuticos ou de laboratório;
 - c) Consertos elétricos, eletrônicos, hidráulicos e de telefonia com os respectivos materiais inclusos para atendimento de eventos emergenciais.
- § 2º - Consideram-se despesas **“extraordinárias ou urgentes”** aquelas que, caso não se realizem imediatamente, podem ocasionar prejuízos à municipalidade ou interromper o curso do atendimento dos serviços a cargo do órgão responsável, como por exemplo: pequenas despesas voltadas a atender situação de calamidade pública ou outra de natureza urgente e imprevisíveis.
- § 3º - Consideram-se despesas de **“viagens”** e com recursos especiais aquelas necessárias para o deslocamento durante o percurso e estadia, e serão aplicados somente no período da viagem, compreendido entre o dia da saída e o do retorno entre outras as seguintes despesas:
- a) alimentação;
 - b) combustível;
 - c) pedágios;
 - d) estacionamento;
 - e) despesas com hospedagens quando não for incluído nas despesas de diárias ou oferecida por outros órgãos e;
 - f) despesas que ocorrem esporadicamente, sem que seja possível a sua previsão, como reparos de pneus em viagens ou peças e serviços de mecânica.
- § 4º - Consideram-se despesas **“eventuais de gabinete”** aquelas relativas com a participação em congressos, simpósios, cursos, exposições e outros eventos que guardem relação ao mandato incluindo ou não a aquisição de:



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Câmara Municipal de Ilha Comprida
De acordo com a Lei nº 1571 de 21 de Janeiro de 2019

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2024

ANO: IV

EDIÇÃO Nº 1293

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

- a) diplomas;
- b) condecorações;
- c) medalhas e prêmios, entre outras.

Art. 4º - As despesas a serem consideradas impróprias serão estabelecidas através de Ato da Presidência.

Art. 5º - Ficará disponível, mensalmente, ao servidor responsável, o valor correspondente até o limite previsto no § 2º do artigo 95 da Lei nº 14.133/21 em regime de adiantamento para as despesas aqui especificadas.

I - A prestação de contas do valor estabelecido no caput do artigo será feita à Tesouraria, instruída dos documentos seguintes:

- a) Cópia da requisição do adiantamento;
- b) Notas de despesas;
- c) Justificativas;
- d) Guia de restituição do saldo do adiantamento, se houver.

§ 1º - As notas a que se refere o item “b” deste artigo são as emitidas consoante a legislação tributária vigente.

§ 2º - Em se tratando de nota fiscal simplificada, “recibo” ou outro documento que não se especifique a despesa, esta deverá ser detalhada em folha à parte.

§ 3º - Todos os documentos deverão estar rubricados pelo responsável.

§ 4º - Nos casos de comprovação de diária, será obedecido à lei específica.

§ 5º - Os comprovantes deverão discriminar as despesas efetuadas, mediante originais das notas e cupons fiscais; igualmente, os recibos de serviço de pessoa física devem identificar o prestador qualificando-o com nome, endereço, RG, CPF, nº de inscrição no INSS e nº de inscrição no ISS.

§ 6º - Não será permitida a aquisição ou compra de bens de natureza permanente.

II - O valor do adiantamento requisitado e aprovado será creditado em conta bancária do servidor de forma eletrônica e não onerosa pela Câmara Municipal ou extraordinariamente por via não eletrônica.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

A Câmara Municipal de Ilha Comprida dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <https://www.ilhacomprida.sp.leg.br>; no link Diário Oficial.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Câmara Municipal de Ilha Comprida
De acordo com a Lei nº 1571 de 21 de Janeiro de 2019

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2024

ANO: IV

EDIÇÃO Nº 1293

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

- Art. 6º -** O prazo para a prestação de contas não deverá exceder a 30 (trinta) dias a contar do recebimento do adiantamento.
- § 1º -** A Tesouraria manterá registro individualizado de todos os responsáveis por adiantamentos, controlando rigorosamente os prazos para as prestações de contas.
- § 2º -** O servidor responsável pelo adiantamento que deixar de fazer a prestação de contas ou recolher o saldo remanescente, dentro do prazo estipulado no caput, ficará sujeito a multa de 1% ao mês sobre o total do adiantamento, salvo casos de força maior, devidamente justificado a critério da autoridade competente, ficando impedido de requisitar novo adiantamento até a regularização da situação pendente.
- Art. 7º -** Para as pequenas compras e serviços cujos valores ultrapassem 30% do valor previsto no § 2º do artigo 95 da Lei nº 14.133/21, a aquisição será feita pelo Setor ou Departamento de Compras e Licitação, e deverá ser observado o seguinte procedimento:
- I -** Formalização de demanda com a descrição do objeto a ser contratado, justificativa com data e assinatura do requisitante;
 - II -** Pesquisa de preço;
 - III -** Executados os procedimentos e estando tudo em ordem o Departamento de Compras procederá a aquisição do objeto ou a contratação do serviço.
- Art. 8º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Resoluções nº 123/2009 e nº 191/2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA,
EM 26 DE JANEIRO DE 2024.

FÁBIO ROGÉRIO TONON
Presidente



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

A Câmara Municipal de Ilha Comprida dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <https://www.ilhacomprida.sp.leg.br>; no link Diário Oficial.